

AI-1, AI-2, AI-5... JP

Caio Rodrigo Albuquerque

Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – UNESP / Bauru-SP – Seção de Pós
Graduação em Comunicação e Poéticas Visuais
Mestrando

Resumo:

Buscando observar o comportamento da imprensa durante o regime militar pós-64, nos reportamos ao interior paulista. Dessa maneira, analisamos o Jornal de Piracicaba (JP), principal veículo impresso local de uma cidade que nos anos 60 se encontrava em ativo processo de urbanização e expansão industrial, abrigando um dos principais pólos metalúrgicos do país. Assim, visando recortando alguns momentos decisivos dentro do quadro político comandado pelos militares, estaremos analisando a abordagem do Jornal de Piracicaba, seu enquadramento e as representações resultantes dos períodos em que foram baixados os Atos Inconstitucionais (AI) nº 1, nº2 e o nº 5.

Esta pesquisa tem apoio da FAPESP. O trabalho “AI-1, AI-2, AI-5...JP” é um capítulo integrante da pesquisa “Notícia impressa *versus* história de vida: o jornalismo e o relato de testemunhas da ditadura em Piracicaba”, que vai se concluir na minha dissertação.

As poucas lembranças que hoje se fazem presentes do período militar são sempre originárias das grandes capitais. Assim, minha pesquisa surge do objetivo de verificar se em outros centros, como no interior paulista, por exemplo, onde já havia na época grandes concentrações urbanas como Ribeirão Preto, Campinas e Piracicaba, “houve ditadura”. Questiono, no caso da cidade de Piracicaba, de que maneira a imprensa local, mais precisamente o Jornal de Piracicaba (JP), principal veículo impresso da cidade, se comportou durante o período. Como destaca Lucrécia D’Aléssio Ferrara “o jornal poderá ser o construtor de crenças, se não houver, do outro lado da notícia, a leitura atenta”.

Assim, recortando alguns momentos decisivos dentro do quadro político comandado pelos militares, analisamos neste capítulo aqui apresentado a abordagem do Jornal de Piracicaba e o seu enquadramento nos períodos em que foram baixados os Atos Inconstitucionais (AI) nº1, nº2 e o nº 5.

CONTEXTO

Contextualizando, **Piracicaba** está localizada a 160 km de São Paulo. Tem economia voltada para o setor sucroalcooleiro e já foi bem mais forte no setor de metalurgia e siderurgia. Segundo o Censo 2000, tem pouco mais de 320 mil habitantes.

Quanto ao **Jornal de Piracicaba**, se trata do único veículo que produz jornalismo em Piracicaba a mais de um século (nasceu em 1900) e por isso se comporta como o porta voz da população. O JP atravessou crises, guerras, censuras e hoje chega ao terceiro milênio como único meio comunicador que fala pela população de Piracicaba ou, em outras palavras, a maioria da população “deixa” que o JP atue assim.

Quanto aos **Atos Inconstitucionais** (AIs), eles funcionaram, nas mãos dos militares, como válvulas de escape para os momentos em que surgia qualquer questionamento em relação aos rumos que a “revolução” seguia. Sempre revestidos de uma cara de ajuste econômico, os “AI” nada mais eram do que instrumentos impostos para enquadrar a sociedade em moldes nos quais não se permitiam contestação, oposição e dúvidas.

Antecipando, o AI-1 se justificou com o argumento de varrer de vez o fantasma da “comunização”, promovendo uma caça às bruxas que “encarnavam o perigo vermelho”. O AI-2 foi, em poucas palavras, fruto do descontentamento que começava a repercutir na sociedade em virtude da aparente estagnação dos militares. Ajustes precisavam entrar em vigor para aquecer a economia nacional e bocas e mentes necessitavam silenciar. Quanto ao mais “famoso”, o AI-5, resposta ao “petulante” deputado Marcio Moreira Alves, que ousara manchar a reputação dos fardados que nos comandavam, mostrou de vez as reais intenções daqueles generais:

O AI-5, editado em dezembro de 1968, encerra um ciclo, abre uma nova conjuntura política e consagra o estado de exceção. As formas institucionais democráticas tornam-se totalmente decorativas. O Ato era apenas mais um passo numa “escalada” que já se iniciara, fora apenas um “revelador”, como se a ditadura tivesse resolvido “tirar a máscara” de uma vez por todas.¹

ANÁLISE

Após o dia 31 de março de 1964, o apoio aos militares nas páginas do JP se tornou cada vez mais explícito. Pelas linhas do jornal, o susto havia passado. Tínhamos enfrentado um momento difícil, mas que fora definitivamente ultrapassado. O processo foi enfrentado “dentro da democracia”, de maneira natural e ordenada. Nada mais seria capaz de abalar a nova ordem, trazida de maneira democrática, pelos mentores do “Novo Regime”.

O AI-1 veio na esteira do golpe e talvez tenha sido o ato institucional com maior respaldo popular. Assim, as cassações originárias do AI-1 foram vistas como uma consequência natural do processo de banimento daqueles que “eram contra os interesses da

¹ FILHO, André Aarão Reis. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

nação". Apesar de não ter destinado um grande espaço físico em suas páginas para o AI-1, o JP deu seguimento à postura de apoio ao II Exército e todas as suas respectivas atitudes, dentre elas, o AI-1. Ilustrando a abordagem do JP em relação ao AI-1, destaco o seguinte trecho publicado no dia 10 de abril de 1964, um dia após a sua promulgação: “Os três ministros militares sancionaram ontem o Ato Institucional(...)que adota medidas consideradas imprescindíveis à consolidação do regime e **dá meios ao governo de enfrentar a situação anormal em que foi levado o país pela conjura comuno-nacionalista**”.

No final de outubro de 1965, quando foi baixado o AI-2, o JP cedeu um considerável espaço em suas páginas para justificativas e declarações de apoio para essa nova tentativa de consolidar os militares no comando do país. Abrindo suas páginas para as argumentações oficiais, o JP não deixa de registrar o envio de um telegrama no qual o então prefeito municipal, Luciano Guidotti, congratula-se com o presidente da república em razão do decreto do AI-2. Eis a íntegra do telegrama oficial publicado pelo JP no dia 5 de novembro de 1965. O prefeito abrevia, mas não economiza elogios:

*“Efusivos parabéns promulgação II Ato Institucional pt Piracicaba inteira acompanha restauração total Brasil vg **banindo maus brasileiros vg acabando corrupção e desmandos pt Brasil confia comando seguro e patriótico Vossa Excelência e assessores pt**”*

Para arrematar com o tema AI-2 e não deixar qualquer letra de dúvida, o JP publica, no dia 10 de novembro de 1965, um artigo assinado por Armando Mendes Vollet, intitulado “O ATO E O FATO”. Fica complicado contestar que o texto de Mendes Vollet não esteja paralelo à linha editorial do jornal, ou vice-versa:

*“O Ato número 2 é uma mensagem de esperança àqueles que jamais compactuaram com a desordem anterior a trinta e um de março (...) Que a Revolução não se contradiga, havendo necessidade, **que se estenda o rigor do Ato n. 2 às Câmaras Legislativas do país**, dando aos seus componentes uma ferida coletiva, que se prolongue por longos e longos meses (...) convenhamos, aqui para nós, e que ninguém nos ouça, a **democracia brasileira seria uma bela coisa se não existissem, no momento, vereadores, deputados e senadores**”.*

Podemos perceber nas páginas do Jornal de Piracicaba uma nova tendência a partir da publicação de textos de agência que mantinham um tom oficial no discurso. Essa postura de reproduzir o discurso oficial parece ter atingido seu ápice quando da promulgação do AI-5, já que o JP prefere adotar uma linha nitidamente cautelosa. Podemos observar que o JP não vai muito além da publicação do AI-5 na íntegra e algumas poucas declarações do presidente Costa e Silva que mais uma vez justificava os excessos na repressão política alegando necessidades de ajustes econômicos.

CONSIDERAÇÕES

A partir da descrição do material observado, podemos ressaltar que o Jornal de Piracicaba segue a linha editorial de grande parcela da imprensa nacional. Diante das incertezas do momento político, o JP apoiou quem estava no comando. Em tempos ainda incertos, o JP preferiu pregar a calma e a certeza de um período melhor. Enfim, nada de se comprometer. A prudência, representada e/ou camuflada no apoio explícito, foi o caminho escolhido.

O JP fez seu papel na escala local. Cedeu espaço no sentido de transparecer ao seu leitor um cenário de tranquilidade e evidenciar que nossos comandantes estavam atentos em manter a ordem. Assim, os Atos Institucionais foram sempre justificados, sendo representados como artifícios necessários para o ajuste da economia e de caráter urgente para estancar qualquer gesto contrário aos interesses da nação. Enfim, pelas linhas do JP, dependíamos de atitudes como os AI(s) para continuar varrendo os resquícios de subversão e corrupção.

BIBLIOGRAFIA

-livros

- AQUINO, Maria Aparecida. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento.** Bauru: EDUSC, 1999.
- BOTÃO, Paulo Roberto. **O Jornal de Piracicaba e as eleições gerais - 1966/1992.** In: BILAC, M.B. (org.). *Imprensa e eleições em Piracicaba.* Piracicaba: Unimep, 1996. p47-65
- CALDEIRA, Jorge. **Viagem pela História do Brasil.** São Paulo: Cia. das Letras, 1998. Documentos do CD-Rom Viagem pela História do Brasil.
- FILHO, André Aarão Reis. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1990.
- LIMA, Venício A. de. **Os mídia e o cenário de representação da política** Lua Nova - revista de cultura e política. n° 38, 1996.
- NETTO, Cecílio Elias. **Piracicaba Política: a história que eu sei (1942/1992).** Piracicaba: Prefeitura Municipal de Piracicaba/Ação Cultural, 1992. 270 p.
- RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira.** São Paulo: Ed. Unesp, 1993.



SÁ, Celso Pereira. **O campo de estudo das representações sociais.** In Núcleo Central das representações sociais. Petrópolis: Vozes, 1996.

- jornais

- Jornal de Piracicaba, 10/04/64 a 30/04/64
- Jornal de Piracicaba, 10/10/65 a 10/11/65
- Jornal de Piracicaba, 03/12/68 a 30/12/68